



UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

**BIANCA BARBOZA ALVIANI
FANNY AIDEE AZERO YUJRA**

**GÊNERO NO ITAMARATY E SUA GESTÃO DURANTE O GOVERNO DE
DILMA ROUSSEFF (2011-2016)**

SÃO PAULO

2021

**BIANCA BARBOZA ALVIANI
FANNY AIDEE AZERO YUJRA**

**GÊNERO NO ITAMARATY E SUA GESTÃO DURANTE
O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade São Judas Tadeu, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa Dra Clarissa Nascimento Forner

São Paulo

2021

Dedico este trabalho aos nossos pais, amigos e a orientadora Professora Clarissa Nascimento Forner, que sempre nos apoiaram e incentivaram na construção deste artigo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por nossas vidas e oportunidades que temos para crescer pessoalmente e academicamente.

Aos nossos pais, pelo amor, incentivo e apoio.

À nossa orientadora Clarissa Nascimento Forner, pelo empenho, suporte e paciência em nos ajudar ao longo do semestre, e à gestão da Universidade São Judas, pela administração e pelo corpo docente proporcionado, para nosso desenvolvimento profissional.

Agradeço a todos os professores que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, o meu muito obrigado.

**GÊNERO NO ITAMARATY E SUA GESTÃO DURANTE O GOVERNO DE
DILMA ROUSSEFF (2011-2016)**

**GENDER AT THE ITAMARATY AND ITS MANAGEMENT DURING DILMA
ROUSSEFF ADMINISTRATION (2011-2016)**

Bianca Barboza Alviani

Fanny Aidee Azero Yujra

Resumo: O presente artigo tem como objetivo debater a falta de representatividade feminina em cargos públicos, tendo como foco da pesquisa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) da República Federativa do Brasil. Analisaremos os números de mulheres diplomatas, na hierarquia de cargos e as dificuldades encontradas pelo o gênero feminino, tanto para ingressar no Itamaraty quanto para receber promoções , com ênfase no período de 2011-2016, quando o país tinha em sua liderança a primeira presidente feminina da história, Dilma Rousseff. Procura-se compreender sea representatividade feminina na presidência significou a redução das disparidades de gênero em cargos diplomáticos. A metodologia utilizada se baseia em pesquisas qualitativas, de revisão bibliográfica e levantamento documental, com ênfase na gestão da ex-líder de Estado; também realizaremos um estudo analítico de levantamento de dados sobre a participação de mulheres em cargos diplomáticos no Itamaraty.

Palavras-chave: Gênero; Mulher na política; Representatividade; Dilma Rousseff; Itamaraty.

Abstract: This article aims to discuss the lack of female representation in public office, focusing the research on the Ministry of Foreign Affairs (MRE) of the Federative Republic of Brazil. We will analyze the numbers of women diplomats, in the hierarchy of positions and the difficulties faced by the female gender, both to join Itamaraty and to receive promotions, with an emphasis on the period 2011-2016, when the country had the first female president in its leadership of history, Dilma Rousseff. It seeks to understand whether female representation in the presidency has meant a reduction in gender disparities in diplomatic positions. The methodology used is based on qualitative research, bibliographical review and documental survey, with emphasis on the management of the former leader of the State; we will also carry out an analytical study to collect data on the participation of women in diplomatic positions at Itamaraty.

Keywords: Gender; Women in politics; Representativeness; Dilma Rousseff; Itamaraty

1 INTRODUÇÃO

A equidade de gênero, é um tema de prospecção atual que vem sendo inserida no sistema Internacional, paulatinamente desde sua primeira introdução à história, com a luta feminina por direitos e ascensão do movimento feminista.

O movimento sufragista em prol da equidade teve influência em pontos distintos no Brasil, a partir do século XX, com o surgimento do Partido Republicano Feminino em 1910, em prol da emancipação. Outro aspecto que tange o início da inserção da mulher na política brasileira, foi a implementação do Decreto nº 21.076, criada em 1932 pelo Código Eleitoral Brasileiro, possibilitando a participação da mulher nas eleições.

Este estudo busca contribuir para o debate sobre representatividade política, analisando a inserção de gênero no Ministério das Relações Exteriores (MRE), durante a gestão da Dilma Rousseff (2011-2016). Para isso, conduziremos uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão de bibliografia e levantamento documental, além do levantamento e análise quantitativa de dados sobre a quantidade de cargos diplomáticos ocupados por mulheres na instituição, durante o período estabelecido.

O artigo se divide em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, analisaremos a transição histórica, sobre o debate de inserção de gênero na sociedade, e sua influência na política Externa Brasileira. Na segunda seção, analisamos a participação da Mulher na carreira pública e diplomática, através de análises de dados e fontes de pesquisas que se debruçaram anteriormente sobre a questão da representatividade de gênero no Itamaraty. E por fim, em terceira seção, analisaremos o fenômeno mencionado, durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

A pergunta de pesquisa que nos orienta é compreender se, mediante a chegada de uma figura feminina à presidência, foi possível observar, igualmente, o aumento da participação e representatividade do gênero feminino no Itamaraty, incluindo o aumento do ingresso de mulheres na carreira diplomática e a presença feminina em cargos burocráticos de destaque.

Conforme dados da Funag (2020), até a chegada da presidente, o grau de representatividade ainda permanecia pouco significativo; um total de 345 mulheres hoje, equivale a apenas 23% do quadro diplomático. O objetivo do trabalho, portanto, é observar se houve mudanças neste quadro, entre 2011 e 2016.

2 A INSERÇÃO DE GÊNERO HISTORICAMENTE

No campo de Relações Internacionais, o estudo do gênero se atribui em viés pós positivista, como uma nova análise de estudo no final da década de 1980.

Até então, a escola predominante de pensamento desta disciplina (realismo político) considerava tal temática questão de caráter neutro — gender neutral. Pensava-se, em outras palavras, que não havia a necessidade de ser introduzido nos estudos das relações entre os Estados, assunto pertinente à esfera pública e à alta política. (Silva, 2013)

A introdução de estudo de novas disciplinas no campo de Relações Internacionais, emerge em um *debate entre racionalistas e reflexivistas, denominados também positivistas e pós-positivistas* (Braga,2013)

É nas correntes pós-positivistas que se situam as teorias feministas, as teorias críticas, as teorias pós-modernas, as pós-estruturalistas e as pós-colonialistas das relações internacionais. O que une tantas perspectivas distintas sob o mesmo guarda-chuva epistemológico é a negação ao positivismo. (SILVA, 2013).

Neste sentido, as teorias pós-positivistas abordam a questão de gênero como categoria de análise nas instituições e normas do sistema internacional, tendo como objetivo analisar as relações entre gêneros e suas interferências no ramo da política e na construção da ordem internacional (Monte, 2013).

Segundo Monte (2013) refletindo sobre a “existência de identidades estatais entre atores domésticos e externos que impactam a decisão de política externa”.

Foi neste cenário que as questões de gênero conquistaram espaço e importância em âmbito internacional. Com o feminismo busca-se uma igualdade não apenas na lei, como também na vida cotidiana. Por mais que atualmente os direitos e a inserção social da mulher sejam defendidos em âmbito internacional, ainda há poucas ações para transformar a equidade jurídica em igualdade social entre gêneros. (Monte, 2013, p. 60).

Em suma, a inserção do gênero previamente, deriva das teorias pós positivistas, mas sua aplicação no mercado de trabalho deriva se inicialmente na Revolução Industrial, em que, de acordo com Hobsbawm (2000, p. 64) as indústrias começaram a contratar mulheres para reduzir as despesas com salário, uma vez que pagavam menos para elas do que aos homens, gerando mais lucro ao empregador e assim contribuindo para a admissão de cada vez mais mulheres.

Partindo do enredo histórico no mercado de trabalho, na década de 1970, a participação média das brasileiras era de 44% de representatividade da força de trabalho, o que mostra que elas vêm ocupando mais vagas de trabalhos, superando dados de países de maior desenvolvimento relativo (D'Alonso, 2008).

Isso não significa, porém, a anulação das desigualdades de gênero. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2020 mostram que mulheres sofrem com a desigualdade salarial de 20% a menos do que homens por hora trabalhada no mundo (Pinheiro; Vazea, 2020). Diante de tais questões, no século XX, surgiu um movimento social-político que tem como objetivo buscar os direitos iguais, a quebra do patriarcado e o empoderamento feminino, isso é, o movimento feminista, que teve influência no cenário brasileiro. De acordo com Sarti, tais fatores contribuíram com a eclosão do feminismo brasileiro.

Uma confluência de fatores contribuiu para a eclosão do feminismo brasileiro na década de 1970. Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, pelo impacto que já se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional. Essas circunstâncias se somavam às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país (comentadas adiante), pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. (Sarti, 2004, p. 36-37).

Em uma linha temporal podemos analisar as conquistas tardias, mas não menos importantes das mulheres brasileiras em relação a direitos que já eram dados ao gênero oposto há muito tempo.

Uma grande conquista se deu em 1932, a obtenção do direito ao voto feminino; este direito foi assegurado às mulheres pelo Decreto 21.076, de 24/02/1932, assinado por Getúlio Vargas, posto que desde a Constituinte de 1891, as mulheres vinham buscando essa participação política (MARQUES, 2019). Em uma linha temporal podemos analisar as conquistas tardias, mas não menos importantes das mulheres brasileiras em relação a direitos que já eram dados ao gênero oposto há muito tempo. Uma grande conquista se deu em 1932, a obtenção do direito ao voto feminino; este direito foi assegurado às mulheres pelo Decreto 21.076, de 24/02/1932, assinado por Getúlio Vargas, posto que desde a Constituinte de 1891, as mulheres vinham buscando essa participação política (MARQUES, 2019). Em 1977 foi aprovado em lei o direito da mulher ao divórcio pela lei Nº 6.515 de 26 de Dezembro do mesmo ano¹; em 1985 foi criada a primeira delegacia da mulher em São Paulo, local especializado na investigação e proteção de crimes de feminicídio e violência contra a mulher. (MASSUNO, 2002).

Apenas em 1988 foi concedido na constituição o reconhecimento das mulheres como iguais aos homens, com mesmos direitos e deveres que eles (MARQUES, 2019, p.143). Depois de alguns anos surgiram leis para a proteção da mulher como a Lei Maria da Penha (2006) e a lei do feminicídio (2015), porém elas não garantem que houvesse diminuição nas agressões.

Nesse sentido, pudemos observar que o gênero feminino não esteve sempre presente no mercado de trabalho, devido ao expressivo machismo incrustado na história e na sociedade. Apesar disso, as conquistas ilustradas anteriormente, indicam a importância dos movimentos femininos de lutas por direitos, em diversas partes do mundo.

¹ A lei nº 6,515 regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

3 PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

A participação perante a lei da mulher na política do Brasil teve início em 1934 quando Getúlio Vargas instituiu o direito ao voto feminino, e no mesmo ano foi eleita a primeira deputada federal, Luiza Alzira Soriano Teixeira, mas a luta por esses direitos vem de antes. Como apresentado durante esse trabalho, é possível notar as dificuldades que as mulheres enfrentam para ter os mesmos direitos que os homens e, no âmbito político, não seria diferente. As conquistas das mulheres em cargos de poder na política e no espaço público foram tardias, porém não menos importantes, como a eleição da socióloga Roseana Sarney, primeira governadora do Brasil em 1994 no estado do Maranhão, e principalmente a eleição da primeira, e até hoje, única presidente, Dilma Rousseff em 2010 (Oliveira; Silva, 2019, p. 4-5).

Mas essa inserção das mulheres na política vem crescendo em um sistema em que o gênero masculino sempre teve predominância, principalmente quando se trata da participação da ocupação dos cargos políticos, de acordo com o estudo da união Interparlamentar ligada a ONU o país está em 120º lugar no ranking da proporção de mulheres nos parlamentos (ROEDEL, 2012). Atualmente o Brasil tem cota de sexo de mínimo 30% de acordo com o artigo 10º, parágrafo 3º, da Lei Eleitoral nº 9504/97, porém ocorrem casos em que os partidos colocam mulheres apenas para ocupar essa porcentagem e não fazem nenhum investimento em suas campanhas; muitas dessas não sabem ao menos que estão concorrendo. Além disso, uma em cada oito mulheres não recebe nenhum voto durante a eleição (Pinheiro, 2018).

² § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

Alguns países têm percentuais de mulheres em cargos políticos maiores que 30%, como, por exemplo, a Argentina nas eleições de novembro de 2017 onde 41,7% dos assentos na Câmara Superior eram ocupados por mulheres segundo a pesquisa “Women in Parliaments: World Classification”³ (2019).

De acordo com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral pelo portal do Governo Federal⁴ é possível fazer uma comparação entre os anos de 2016 e 2020, notando-se que houve um aumento de cargos políticos ocupados por mulheres nas eleições de 2020. Em 2016 dos candidatos eleitos para o cargo de vereador 13,5% foram mulheres, já em 2020 a porcentagem subiu para 16,1%. Nas eleições para prefeitos também houve um aumento na porcentagem feminina, em 2016 de 11,5% para 12% em 2020. Ainda de acordo com os dados extraídos do site do Governo Federal (2021) houve uma queda de 23,3% para 17% nos municípios que não elegeram nenhuma mulher para as Câmaras Municipais.

Com a busca para que ambos os gêneros tenham a mesma acessibilidade de chegar aos cargos políticos e que a desigualdade nesse quesito não seja mais comum, notou-se que houve de fato um aumento na presença feminina nos cargos políticos, o Ministro Luís Roberto Barroso alegou em sua entrevista ao Portal do Governo Federal.

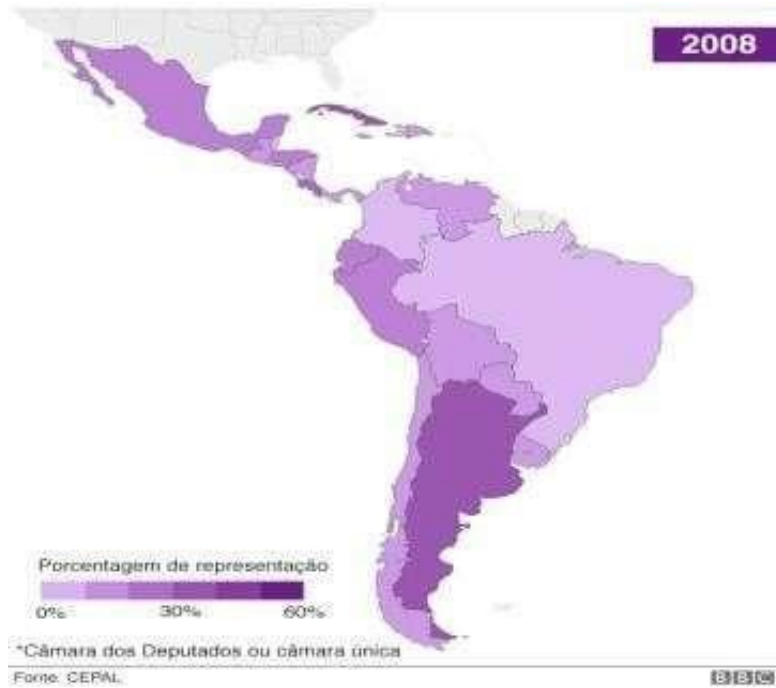
[...]houve um aumento no número total de mulheres eleitas no primeiro turno, com mais de 50% de candidatas ao cargo de prefeito e vice-prefeito no segundo turno”. (Tribunal Eleitoral Superior, 2020).

Entre 2008 e 2018, também houve um aumento de cerca de 15% de mulheres no parlamento e congressos, levando em consideração os países da América do Sul como pode ser visto nos mapas a seguir:

³ Fonte: Women in Parliaments: World Classification 2019. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

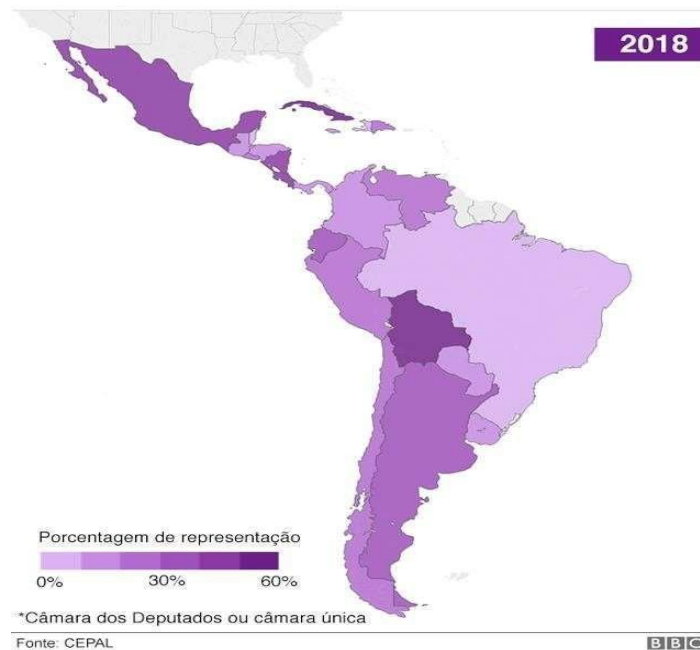
⁴Fonte: GOVERNO FEDERAL,2021.Disponível em:<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/governo-comemora-aumento-da-representatividade-feminina-na-politica>. Acesso em: 17 nov. 2021

Mapa 1 - Porcentagem de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos ou Congressos Nacionais 2008



Fonte: Cepal (2019)

Mapa 2 - Porcentagem de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos ou Congressos Nacionais 2018



Fonte: Cepal (2019)

De acordo com a matéria do jornal BBC escrita por Costa e Tombesi (2019) baseada nos dados da CEPAL houve um aumento no número de cadeiras ocupadas por mulheres nos países latino-americanos:

De acordo com a Cepal, o percentual de mulheres em Congressos e Parlamentos latino-americanos subiu de 22% para quase 30% entre 2008 e 2018. Mas o índice da região foi puxado por Cuba, Bolívia, México e, novamente, por países caribenhos como Nicarágua e Costa Rica, que têm mais de 40% de mulheres em seus Congressos após as últimas eleições. (BBC, 2019).

Conforme os dados e citações acima é possível destacar que ao longo dos anos a participação e inserção do gênero feminino na política brasileira teve alguns impasses e foi conquistada de forma tardia ou necessitou de vertentes, como as cotas, para assegurar a sua inclusão no âmbito político.

3.1 MULHER NO ITAMARATY

Para analisar o histórico da carreira diplomática da mulher no Itamaraty é necessário entender o processo que se dá desde a criação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e suas condutas em relação ao gênero feminino.

Desde a fundação do Ministério de Relações Exteriores, a primeira mulher a seguir carreira diplomática foi a baiana Maria José de Castro Rebello Mendes em 1918. Mesmo passando em primeiro lugar no concurso da Secretaria do Estado, seu ingresso no Ministério foi visto com maus olhares pela opinião pública e só conseguiu de fato assumir o cargo com a intervenção de Ruy Barbosa⁵.

O ingresso de Maria José no cargo diplomático pode ser considerado um grande avanço para o feminismo e suas lutas por direitos igualitários. De 1919 a 1938, houve a admissão de mais de 18 mulheres no corpo diplomático brasileiro, o que antes era algo inviável e repudiado começou a ser mais aceito; assim a mulher foi ganhando seu espaço mesmo que numa proporção pequena (BALBINO, 2011, p.56).

Porém, em 1938, houve um retrocesso com a reforma de Osvaldo Aranha, que proibiu as mulheres de ingressarem no Ministério das Relações Exteriores, privando o concurso e decretando que apenas indivíduos do sexo masculino

⁵Disponível

em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-09/ha-100-anos-primeira-mulher-diplomata-do-pais-tomava-posse>> Acesso em: 20 out. 2021

poderiam ingressar no serviço diplomático (BALBINO, 2011). Essa proibição seguiu até 1953, quando Maria Sandra Cordeiro de Melo entrou na justiça para poder prestar o concurso para o Instituto Rio Branco. Houve outros empecilhos jurídicos que afastaram as mulheres de chegarem à diplomacia, como o matrimônio. Não era possível enxergar um homem acompanhando sua mulher diplomata em suas viagens, não era aceito socialmente e culturalmente que o homem ficaria “nas sombras” de sua esposa. BALBINO (2011, p. 246) afirma que “Nos anos 1950, enquanto ainda se discutia a pertinência da presença feminina nos quadros diplomáticos brasileiros, o fator ‘marido diplomata’ parecia pesar contra a aceitação de mulheres”. Em 1954 foi aprovada uma lei que garantia a liberdade de acesso das mulheres à carreira diplomática.

Algumas barreiras foram vencidas com o tempo, de acordo com dados da Divisão Pessoal do MRE, nos anos 1970, as mulheres ocupavam em torno de 10% dos cargos de diplomatas no Brasil e, em 2003, essa porcentagem subiu para 19,45% (Balbino, 2011). Atualmente, observa-se ainda o Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR) no Ministério das Relações Exteriores, criado em 2014, e que tem como finalidade coordenar e gestar as políticas de igualdade e oportunidades entre os gêneros e etnias.

4 DILMA E ITAMARATY

A gestão de Dilma Rousseff (2011-2016) no campo de Relações Exteriores, trouxe um grande debate de articulação devido à crise econômica que ocorreu no cenário global. Neste impasse, as ações tomadas de modo a desacelerar os gastos públicos frente a essa crise econômica no cenário global, influenciou diretamente o orçamento do Ministério de Relações Exteriores.

O corte de orçamento, foi percebido como desprestígio da diplomacia brasileira, o que desencadeou política externa brasileira, foi, de certa forma, suplantada pelo foco em questões mais embasadas na política doméstica que na construção de um *soft power*, porém é válido ressaltar, que houve pontos significativos, como o

⁶ Veiga, Pedro da M. e Rios, Sandra (2011).

investimento na educação no campo internacional⁷, e na junção de dois poderes, que perpetuavam com sua gestão “*ativa e diversificada*”.

Alguns elementos foram deliberadamente reforçados em sua gestão de política⁸ externa, tais como:

- Priorização da integração regional, envolvendo América do Sul, América Latina e Caribe, com fomento do comércio e da integração produtiva, enfatizando a integração financeira e estruturas física e energéticas;
- Fortalecer os blocos regionais, MERCOSUL, UNASUL e Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (CELAC), sem discriminações ideológicas;
- Aproximação com África e países asiáticos;
- Relações políticas com os EUA, Japão e países da União Europeia;
- Defesa das reformas dos principais organismos internacionais, como ONU, Banco Mundial e FMI, destacando que a governança dos mesmos não reflete a correlação de força global.

Dentre estes pontos, as relações com Mercosul, teve grande pauta na agenda política durante a última administração de Lula (2003-2010)⁹, entretanto, durante a gestão de Rousseff, este ponto sofreu leve amortização, já que as estratégias de política externa em manter uma estrutura de governança regional, não teve grande articulação, em especial pelas ações de Marco Aurélio Garcia.

Em suma, a gestão de Rousseff, desde seu ingresso, visou manter o grupo dos representantes políticos, que participaram na administração de Lula em sua gestão, tendo apenas poucas alterações, como é possível visualizar na seguinte imagem.

⁷ ANTUNES de Miíanda; BISCHOFF, 2018.

⁸ Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira, 2010. Disponível em: <http://deputados.democratas.org.br/>

⁹ O reforço das relações e da integração na América do Sul, em particular no, é elemento fundamental dessa estratégia diversificada. Com um entorno estável e próspero asseguramos melhores condições para nosso desenvolvimento e para nossa inserção internacional. A América do Sul tem logrado dar respostas próprias aos desafios enfrentados pela região nos mais variados campos (FIGUEIREDO, 2014).

Quadro 1- Cargos políticos na Gestão de Dilma Rousseff

Cargos políticos	Governo de Dilma 6/2012	
Ministro das Relações Exteriores	Antonio Patriota	Luis Alberto Figueiredo
Secretário-Geral das Relações Exteriores	Ruy Nogueira	Eduardo dos Santos
Represente Permanente do Brasil junto à ONU	Luiz Alberto Figueiredo	Antonio Patriota
Alto Representante Geral do Mercosul	Samuel Pinheiro Guimaraes	
Ministro da Defesa	Celso Amorim	
Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais	Marco Aurelio Garcia	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério de Relações Exteriores(2014)

A partir dessa concepção, é possível analisar que a influência da gestão anterior, seguia uma linha de tendência para o campo de Relações Exteriores, inclusive na ocupação dos cargos diplomáticos.

Partindo deste ponto, em referência aos cargos diplomáticos, como ferramenta de pesquisa de nosso estudo, é viável transigir primeiramente, que durante a administração de Rousseff, houve uma queda na oferta de vagas para o ingresso diplomático, segundo os dados apresentados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos Universidade de Brasília (Cespe, UNB 2020).

No gráfico a seguir, é possível visualizar a distribuição de vagas ofertadas entre 2011 - 2016, totalizando em 164 vagas ofertadas durante a gestão de Rousseff.

Gráfico 1 – Vagas Ofertadas no Instituto Rio Branco



Fonte: Criado pelo autor com base nos dados de CESPE UNB (2020).

A redução de vagas ofertadas pelo Instituto do Rio Branco, foi respectivamente de 47% e 74% menor, em comparação ao primeiro e segundo mandato de Lula (CORTNET, apud,2014: p.122).

No que tange, a entender as principais causas desse déficit no campo diplomático, já que, em 2012, Dilma Rousseff, sanciona a lei nº 12.601 / 2012, que visa a criação de cargos na carreira diplomata, totalizando em torno de 400 vagas de diplomatas e 893 vagas de oficiais de chancelaria.

Na imagem a seguir, é possível visualizar a distribuição de vagas para a carreira diplomática após a publicação da lei em vigor.

Imagem 2. **Quantitativo de cargos do quadro ordinário da carreira de diplomata.**

Quantitativo de Cargos do Quadro Ordinário da Carreira de Diplomata	
Denominação	Nº de Cargos
Minisatro de Primeira Classe	157
Ministro de Segunda Classe	217
Conselheiro	291
Primeiro Secretário Segundo Secretário Terceiro Secretário	1140
Total	1805

Fonte: Ministério das Relações Exteriores - Planalto do Governo¹⁰

Entretanto, desde a publicação da lei nº 12.601 /2012, não houve de fato essa aplicação. Na última tabela “*Vagas Ofertadas no Instituto Rio Branco*”, é possível analisar que apenas foram ofertadas 164 vagas para a carreira diplomática, segundo os dados do Instituto Rio Branco (2020), durante a gestão de Rousseff.

No que reflete em alguns aspectos que influenciam em nosso tema de estudo central; representatividade feminina em cargos diplomáticos. Para tal análise, o próximo capítulo será baseado em pesquisas qualitativas e revisões bibliográficas sobre este tema

4.1 REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO ITAMARATY

O panorama do público feminino no campo diplomático, se inicia em 1918, com o ingresso da primeira diplomata brasileira, Maria José de Castro Rebello Mendes. Na época, o Ministério de Relações Exteriores, sob gestão de Nilo Peçanha,

¹⁰LEI Nº 12.601,DE 23 DE MARÇO DE 2012.Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12601.htm Acesso em 28/11/2021

. sofria de carência¹¹ no corpo integrante, abrindo inscrições para ocupar o 3º oficial da Secretaria (Castro & Castro, 2009).

Desde a nomeação de Maria José de Castro, como nova integrante de Ministério de Relações Exteriores (MRE), de forma inédita e pioneira no setor público, surgiu logo em decorrência, o ingresso de novas mulheres no setor, contabilizando em sua totalidade em 20 cargos ocupados por mulheres até 1934, segundo os dados apresentados no Instituto do Rio Branco (2021).

Elas foram as únicas representantes do gênero feminino no MRE até 1953, quando Maria Sandra Cordeiro de Mello obteve mandado de segurança que lhe permitiu o acesso à carreira. Maria Sandra Cordeiro de Mello inaugura a “Segunda Geração” de diplomatas, que reúne as mulheres que entraram para a carreira entre 1954 e 1988. O último grupo de mulheres recebeu o nome de “Nova Geração” e reúne todas as que iniciaram suas atividades após a Constituição de 1988, já sob a égide da igualdade jurídica entre os sexos. (Friaça, 2018, pág. 50).

Segundo Friaça¹², o pioneirismo da “Primeira Geração”, foi o ponto de partida para que a presença feminina iniciasse sua ascensão no campo diplomático.

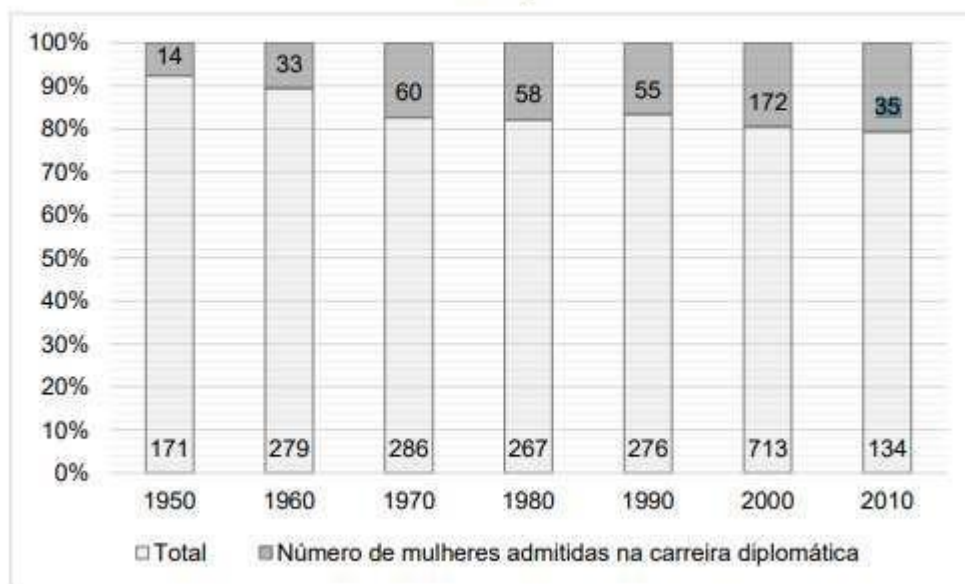
Neste sentido, de modo a analisar o percentual de representatividade de mulheres no corpo diplomático, analisamos inicialmente o ingresso feminino a partir de 1950 a 2010, disponibilizados pelo Portal da Transparência (Julho, 2015), como instrumento de pesquisa para nosso estudo, em um comparativo com os dados mais recentes, para analisar o ingresso de mulheres diplomatas durante a administração de Rousseff.

¹¹ Um dos problemas que o chanceler enfrentou foi a carência de pessoal na Secretaria de Estado (SERE); após 15 anos sem a realização de concurso público, era preciso dar início a certame para a contratação de terceiro oficial da Secretaria de Estado (CASTRO & CASTRO, 2009).

¹² FRIAÇA, 2018, pág. 50.

Gráfico 2: Proporção de mulheres nas turmas do IRBr por década (1953–2015)

Gráfico 1. Proporção de mulheres nas turmas do IRBr por década (1953-2015)



Fonte: IRBr, 2016. Elaboração própria.

Fonte: Anuário do IRBr 2016.

Com base nos dados apresentados, é visível que a participação das mulheres nesta área, segue uma tendência variável entre os anos de 1990 (19,9%), logo volta ao seu eixo crescente com percentual de 22,9% de 2000 a 2010¹³.

Nesse percentual de crescimento, uma das características principais para esse aumento, se deve a adoção de uma política de promoção funcional que Celso Amorim, sob o cargo de Ministro de Relações Exteriores (2003-2011), realizou com atos de nomeação de cargos aquisitivos para um grupo de mulheres, visando amenizar a questão de desigualdade de gênero.

¹³ Fonte: Anuário do IRBr 2016

Tal medida, de certa forma foi questionada como “superficial”, por não ser uma medida que alterasse a estrutura interna do Itamaraty de forma unanime. Segundo Friaça.

Nesse sentido, é viável analisar a escassa representatividade feminina em cargos de alto nível hierárquico no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Dentre as principais causas destes vícios de divergência, de acordo com Balbino, 2011; Delamonica, 2014; Farias & Carmo, 2016, se deve ao processo de promoções à escolha subjetiva dos diplomatas, cujo qual não possui parâmetros pré estabelecidos para as indicações, o que prejudicaria especificamente as mulheres, já que grande parte do corpo diplomático é constituído por homens.

[...] a medida de subjetividade nas indicações abre espaço para que a cultura e a socialização dentro do Ministério assumam um papel fundamental na maneira como a hierarquia entre os diplomatas é constituída. Afinal, quando as instituições formais faltam, são as informais que se encarregam de moldar o comportamento dos indivíduos. (Helmke & Levitsky, 2006).

Neste jogo sistemático, é natural que os favorecidos majoritários, tendem a indicar membros á sua imagem¹⁴.

Outro fator de desvantagem, se deve ao comportamento sociocultural, naturalizada nas interações entre homens, porém quando assumidas pelas mulheres, se torna medida de desqualificação (Joshi, 2014).

Em suma, analisando tais fatores que impactam com a prospecção feminina, é possível concluir que a cultura do Itamaraty, está alinhada a uma gestão que não visa mudanças pragmáticas e sim preservar o conservadorismo idealizado desde sua formação.

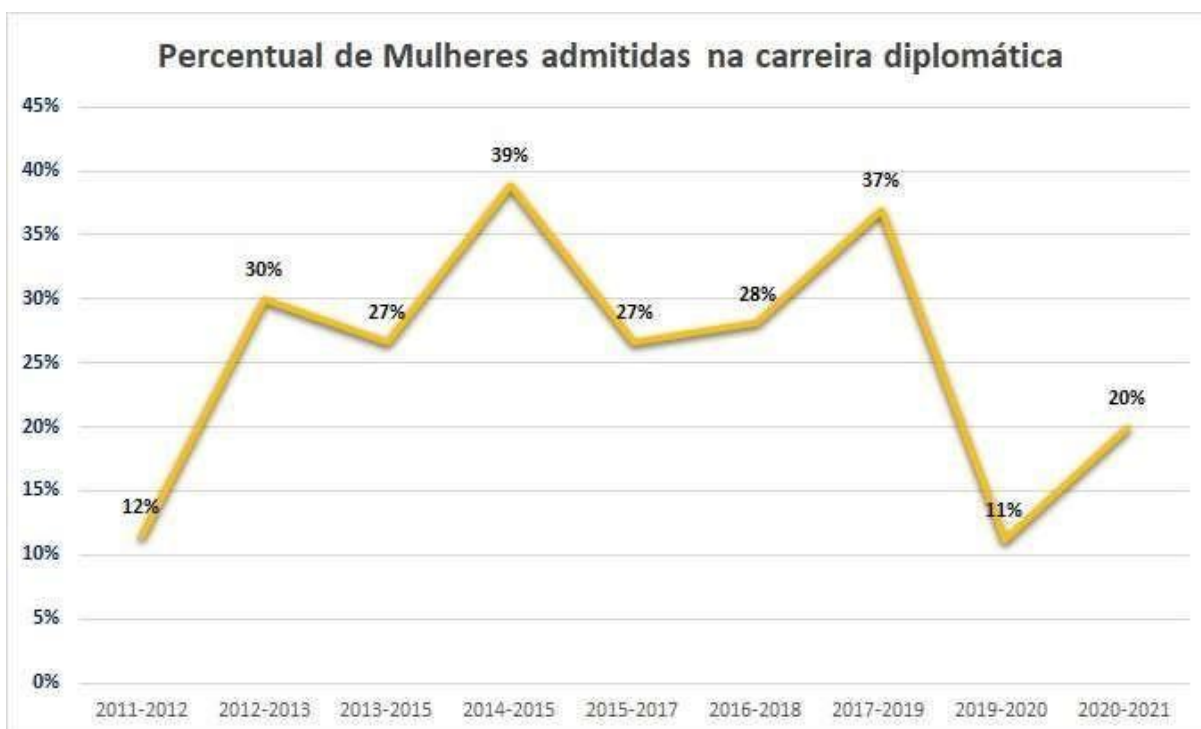
O Itamaraty cria, então, “barreiras” sociais e hierárquicas, mantendo o status de seus membros e da própria instituição. A transformação das ideias que permeiam o Min. de Relações Exteriores em políticas, sobre Instituições Missionárias, pode ser uma das causas da continuidade político-estrutural do Itamaraty, pois esta transformação causa o isolamento da instituição quanto à influência de outras organizações garantindo maior probabilidade de sobrevivência sustentando suas ideias fundadoras. (Drezner, 2000).

¹⁴ “Membros da Casa de Rio Branco” basicamente homens brancos, bem eruditos e de origem socioeconômica privilegiada (FARIAS & CARMO, 2016).

Neste sentido, após a admissão de Rousseff sob cargo de presidente entre 2011 a 2016, era esperado que houvesse uma continuidade de estratégias de política externa, conforme apresentado na sessão anterior. Contudo, após o discurso realizado pelo Patriota, em uma sessão de formatura da turma de Rio Branco em 2014, o slogan de uma política “ativa e diversificada”, não retratou de forma positiva na projeção da lei nº 12.601 / 2012.

O gráfico a seguir apresenta dados referentes ao período de 2011 a 2021 pelo Instituto do Rio Branco (2021), sobre a proporção de mulheres no campo diplomático.

Gráfico 3. **Percentual de mulheres nas turmas do IRBr 2011 - 2021**



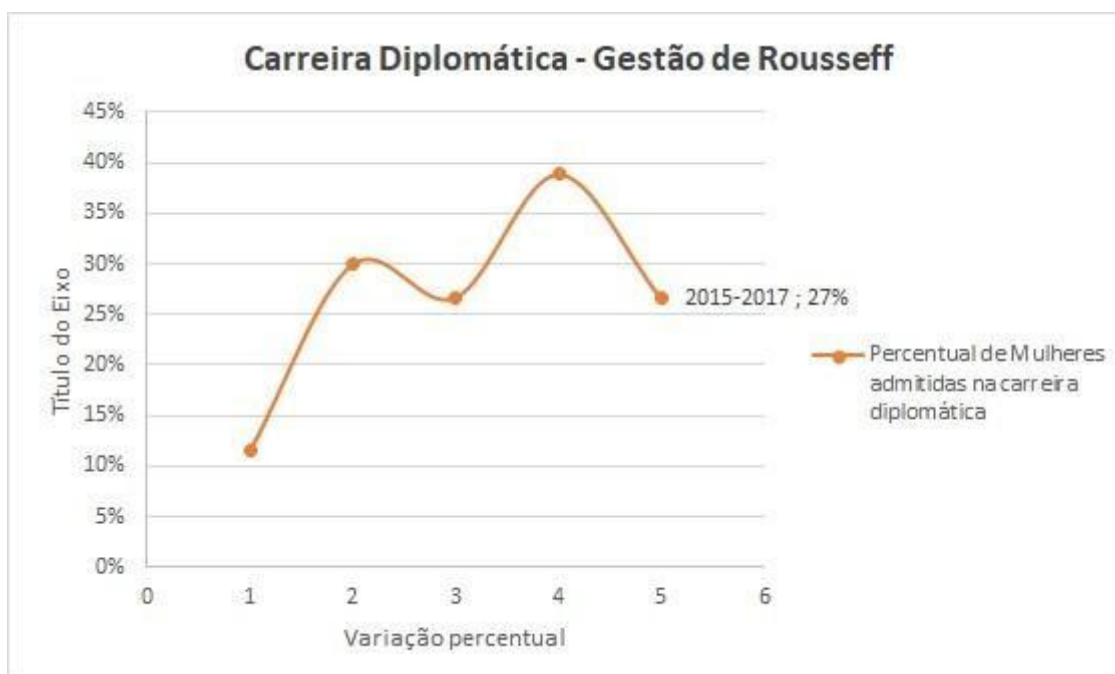
Fonte: IRBr, 2021. Elaboração própria.

Os dados da tabela apontam uma média histórica de acesso de mulheres à carreira diplomática no patamar de 20%. Em 2020, o número de mulheres em atividade na carreira diplomática é de 355, de um total de 1.538 diplomatas, o que representa aproximadamente 23% do efetivo. (Anuario do IRBr 2020, pag 45).

É nítida que a participação feminina, teve uma queda durante a administração de Dilma Rousseff, chegando a uma média de 27% entre 2011 a 2016, em comparação com a administração antecessora.

Contudo, com os dados mais recentes do IRBr, a média de percentual de mulheres no campo diplomático, é equivalente a 20%, determinando em uma variação oscilante com tendência a diminuir cada vez mais o grau de inserção de mulheres em cargos diplomáticos.

Gráfico 4- **Carreira Diplomática - Gestão de Rousseff.**



Fonte: IRBr, 2021. Elaboração própria

Em suma, todas as análises baseadas em dados atuais pelo Instituto do Rio Branco 2021, demonstram que a singularidade de possuir um cargo chefe feminino, não apresentou tais mudanças bruscas na representatividade de gênero no Itamaraty. No que tange a concluir que a falta de reestruturação na promoção de vagas e incentivo à educação diplomática, são fatores que até o momento, não foram de fato consumados em sua totalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste debate, baseado em metodologias qualitativas e revisões bibliográficas, foi possível notar que, apesar da estrutura patriarcal, desde a inserção de gênero, em decorrência á estruturação do Itamaraty.

O percentual de mulheres na esfera política, vem ganhando espaço, de forma oscilante, porém presente, segundo os dados apresentados pelo portal do Tribunal Superior de Justiça e a Women in Parliaments: World Classification 2019.

O artigo levantou os impasses que o gênero feminino enfrenta em seu ingresso na carreira diplomática e seus avanços ao decorrer das gestões presidenciais, com foco na gestão de Rousseff.

Apesar da continuidade dos índices de baixa representatividade. Em uma análise de inserção de cargos diplomáticos durante a gestão de Dilma Rousseff (2011- 2016), primeira e única presidente eleita do sexo feminino, não houve aumento abrupto, pois a tendência de percentual médio de ingresso feminino, chegou a 27%, segundo os dados apresentados pelo Instituto do Rio Branco 2021, tais fatores derivam da falta de incentivos ao ingresso das mulheres no corpo diplomático e ao conservadorismo na estrutura interna do Itamaraty.

Neste sentido, as ações tomadas pelo Ministério de Relações Exteriores, com a liderança de Patriota, não apresentou medidas concludentes para essa questão em si, apesar da entrada da lei em vigor nº 12.601 / 2012.

Em conclusão, após uma breve análise no sentido de gênero, com vieses pós positivistas, e a decorrência da inserção da mulher na esfera política, nosso estudo, apresentou dados que visam a demonstrar que a representação da presidência, não apresentou resultados positivos com relação ao período anterior, na questão de inserção de gênero nos cargos políticos, já que a visibilidade feminina é vinculada ao acesso de recursos que se relacionam com instituições e normas instruídos pelo Estado, como pressupostos culturais, á qual estamos submetidos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES DE MIRANDA, J. A.; BISCHOFF, V. **Educação internacional como soft power: o ensaio da política externa de Dilma Rousseff**. V., Dossie 13, n. 4, p. 899– 915. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10096>. Acesso em: 28 nov. 2021.

AMPARO, Gabrielly Almeida Santos, **Rainhas do Palácio: A mulher na carreira diplomática brasileira**, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8080/pergamumweb/vinculos/000040/000040cd.pdf>. Acesso em: 15/11/2021

BALBINO, Viviane. **Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros – um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI**. Brasília: FUNAG, 2011.

BRAGA, NRCF. **Perspectivas positivistas e pós positivistas nas relações internacionais: as divergências epistemológicas levariam a distinções em seu modo de fazer ciência**. Pólemos, Brasília, v. 2, n. 4, p. 58-68, 2013.

COSTA, Camilla; TOMBESI, Cecilia. **Dia Internacional da Mulher: 6 gráficos que mostram como as mulheres avançaram (ou não) na América Latina**. BBC, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CORNETET, João M. Conte. **A política Externa de Dilma Rousseff: continuação na continuidade**,(2014). Conjuntura Austral, nº24, junho-julho, pp.111-150.

CESPE, **Centro de Seleção e de Promoção de Eventos Universidade de Brasília**, 2020. Disponível em: www.cespe.unb.br/concursos/IRBR_17_DIPLOMACIA

D' ALONSO, G.L. **Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias**. Psicol Am Lat. México. N.15, dez. 2008. Disponível em <[http:// www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)> Acesso em 17 de setembro de 2012.

DELAMONICA, Laura Berdine Santos. **Mulheres diplomatas brasileiras**. Brasília, 2014.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918-2011): Uma análise de trajetórias [...]**. .ed. Brasília : FUNAG, 2018. 385p

GOVERNO FEDERAL. **Governo comemora aumento de representatividade na política**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/governo-comemora-aumento-da-representatividade-feminina-na-politica>. Acesso em: 30 nov. 2021.

HAAS, Ana. **Atuação do Ministério das Relações Exteriores na política comercial brasileira**. Itajaí: Univali, 2012.

HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 64.

MARQUES, Teresa. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília, 2019. p. 107-110.

MASSUNO, Elizabeth. **Delegacia de Defesa da Mulher: uma resposta à violência de gênero**. Em BLAY, Eva A. Igualdade de oportunidades para as mulheres. São Paulo, Humanitas, 2002.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, **Anuário do Instituto Rio Branco**, 2020, pág 16. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario-2020.pdf>. Acesso em 28/11/2021

MONTE, Izadora. **O debate e os debates: abordagens feministas para as Relações Internacionais**. SciELO, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/r3pc8yVXBf6FqHPBBcH9Xxy/?lang=pt#>. Acesso em 29 nov.2021.

OLIVEIRA, L. R. S. S. de; SILVA, R. A. **O avanço da participação feminina na Política brasileira a partir do século XX**. Revista Artigos. Com, v. 10, p. e2171, 25nov. 2019. p. 4-5.

PINHEIRO, Vinicius; VAZEA, María. **Um novo normal com igualdade salarial entre homens e mulheres**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_755717/lang--pt/index.htm. Acesso em:28 nov. 2021.

ROEDEL, Patricia. **Participação de mulheres na política vem aumentando nos últimos anos**. 05 out. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/385464-participacao-de-mulheres-na-politica-vem-aumentando-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Revista de Relações Internacionais da UFGD, **Dossiê feminismo, gênero e Relações Internacionais**. Dourados, v.6. n.11, jan./jun. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>

VEIGA, Pedro.da M. e Rios, Sandra (2011) - **A política externa no governo Dilma Rousseff: os seis primeiros meses**. Disponível em http://www.cindesbrasil.org/site/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=7&view=finish&cid=561&catid=39. Acesso em 28 de novembro de 2021

SARAIVA, Miiram Gomes; GOMES, Zimmer Bom. **Os limites da política externa de Dilma Rousseff para a América do Sul**. Relaciones Internacionales, v. 25, n.50, 2016.

SILVA, Andréia Rosenir da et al. **A construção de gênero no âmbito das relações internacionais: direitos humanos das mulheres e a necessidade de instrumentos eficazes a sua consolidação**. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mulheres representam apenas 12 dos prefeitos eleitos no 1º turno das eleições ,2020**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>. Acesso em: 08 nov.2021.